

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Ilustríssimo Sr. Rodrigo Jardim Ascoly Presidente da Comissão de Licitação, do Município de Nova Friburgo.

Ref.: EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO nº 065/ 2022.

FERNANDA NUNES FREITAS DE MAGALHAES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.888.015/0001-07, com sede na Rua Castelo de São Jorge, nº55, bairro: Castelo, CEP: 31.330-140, de telefone: (031) 97120-7173, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência a fim de interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

I – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional, a recorrente veio de ele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias.

No entanto, a douta Comissão de Licitação julgou a subscrevente inabilitada sob a alegação de que a mesma não apresentou a comprovação de capital mínimo, ou seja, o Balanço Patrimonial, por isso, teria desatendido o disposto na primeira parte do Item nº 19.2 do Edital.

Ocorre que, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.

II – AS RAZÕES DA REFORMA

A Comissão de Licitação ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado incorreu na prática de ato manifestamente ilegal.
Senão vejamos:

De acordo com o Item nº 19.2 do Edital, - dispositivo tido como violado -, a licitante deveria juntar documento de:

Comprovação mínima ou patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente, o que entende-se por Balanço Patrimonial.

Contudo a licitante é MEI, ou seja, a referida licitante não detém a obrigatoriedade de produzir e apresentar os balanços patrimoniais, com fulcro no art. 97 da Resolução CGSN 94/2011, artigo 3º e 7º da CGSN 53/08, diferente dos ME e EPP. O MEI não está obrigado a possuir os Livros Razão e Diário com balanço e contabilidade propriamente dita, sendo assim está desobrigado a registrar Contabilista. Esse entendimento também está explícito no Código Civil, Lei 10.406/2002 - artigo 1.179, § 2º e artigo 970, bem como nos artigos 68 e 18-A, § 1º, da Lei Complementar 123/2006.

Assim sendo, legalmente a Licitante pode exigir o Balanço Patrimonial das ME e EPP (salvo nos enquadramentos do Decreto 8.538/2015), mas não pode manter tal exigência para o MEI, muito menos impedi-lo de participar de licitações públicas (Inciso 4 Lei Complementar 147 de 2014). Tal exigência infringe a lei e a normativa que forma o Regime Jurídico do Micro empreendedor Individual-MEI. O que o Sistema permite, é a apresentação da Declaração de faturamento emitida pelo Simples Nacional relativa ao ano anterior e capital social expresso no certificado de registro.

Portanto, se a lei não obriga os microempreendedores individuais de manter contabilidade formal e a produzir balanço patrimonial, não poderá a Administração impor tal obrigação para fins de participação em licitação, com fundamento na norma genérica contida no art. 31, I, Lei nº 8.666/93.

Assim sendo, uma vez que a recorrente provou a regularidade de sua situação é ilegal exigir – como exigiu a Comissão de Licitação -, a apresentação do balanço patrimonial.

III – DO PEDIDO

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito, para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, já que habilitada a tanto a mesma está.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos

P. Deferimento

Belo Horizonte, 02 de maio de 2022.

FERNANDA NUNES FREITAS DE MAGALHAES.
SÓCIA ADMINISTRADORA.

Fechar